

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Journal Brasileiro

CLASS. : Estatuto do Índio

DATA : 28 2 97

PG. : 11

HLR00418

Índios exigem maior respeito e liberdade

Os índios brasileiros querem que o deputado Aníbal Teixeira (PTB/MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, agilize o processo de análise da Convenção 169, editada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defende os plenos direitos e prega o respeito às leis e culturas das comunidades indígenas. A comissão, formada por 13 representantes de várias nações, aproveitou a visita de ontem à Câmara dos Deputados para pedir também aos membros da Comissão Especial que analisa as propostas para a nova legislação indigenista participação no processo de elaboração do novo Estatuto do Índio.

Eles manifestaram a vários parlamentares sua preocupação em elaborar um estatuto que contemple as reivindicações e anseios dos índios, principalmente no que diz respeito à demarcação das reservas, a retirada total da tutela do Estado e a regulamentação da exploração mineral nas terras de reserva indígena. "Exis-

tem duas propostas sendo analisadas pela Comissão Especial, uma enviada pelo Governo e outra do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), mas nenhuma delas é considerada satisfatória pelos índios", de acordo com Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A proposta do Governo mantém a tutela do Estado sobre os índios, não regulamenta a exploração de minérios nas áreas de reserva e condiciona a demarcação das terras a um processo disciplinado pelo Presidente da República. Ou seja, mantém tudo como está hoje. Pelo projeto do Núcleo de Direitos Indígenas, o Estado manteria uma tutela parcial, entre outras coisas, mas não é o que os índios desejam. Eles querem ser tratados como cidadãos comuns, com garantias para os direitos conquistados em centenas de anos de habitação nas florestas brasileiras, o que eles consideram fundamentais à sua sobrevivência.